

**A QUESTÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:**  
ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social



12<sup>o</sup>  
**CONGRESSO  
BRASILEIRO DE  
ASSISTENTES  
SOCIAIS**

IV Encontro Nacional de  
Serviço Social e Seguridade  
Foz do Iguaçu Paraná Brasil  
de 28 de Outubro a 02 de Novembro

2 0 0 7

visite o site para maiores informações: [www.cbass.com.br](http://www.cbass.com.br)



Cartaz do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, para 12<sup>o</sup> Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007.

R E S E N H A



## **A Criminalização do Aborto em Questão**

MATOS, Maurílio Castro de. **A Criminalização do Aborto em Questão**.  
Rio de Janeiro: Almedina, 2010. 109 p

**Maria Ilidiana Diniz\***

O livro publicado pela editora Almedina em 2010 apresenta uma valiosa e premente contribuição ao debate sobre o Aborto na atualidade. Nele o(a) leitor(a) deflagra de forma precisa, com os processos históricos, éticos, culturais, sociais, políticos e econômicos que perpassam a discussão do aborto no Brasil. O referencial teórico crítico, aliado à experiência interventiva como assistente social no serviço público de saúde, revela a preocupação do autor com a problemática da violência e do preconceito que vivenciam as mulheres que recorrem a um aborto no Brasil. A obra em destaque ousa intelectualmente ao trazer para a ordem do dia esse tema que desperta polêmicas e divide opiniões nos mais diversos setores da sociedade, permeado por valores morais e religiosos que negam a autonomia e o direito das mulheres serem reconhecidas como sujeitos. Destarte, abordar esse controverso e provocativo tema requer aprofundar as contradições e conflitos que atingem vários sujeitos sociais, em especial as mulheres. Portanto, o(a) leitor(a) vai deparar-se com uma argumentação pautada na necessidade da legalização do aborto, como uma perspectiva política de garantia da efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos.

O livro é fruto parcial da tese do autor apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC/SP, intitulada *Cotidiano, ética e saúde: o Serviço Social frente à contrarreforma do Estado e à criminalização do aborto*. O estágio de pesquisa ocorreu no Instituto Superior Miguel Torga, em Portugal. Está dividido em dois capítulos. No primeiro consta o prefácio em que o(a) leitor(a) é contemplado com uma sucinta porém fecunda apreciação de autoria da professora Maria José Rosado-Nunes, da PUC/SP e da organização feminista Católicas pelo Direito de Decidir, no qual evidencia o aborto como uma questão social e política que demanda intervenção do Estado. Na introdução, o autor faz uma rápida incursão do aborto

---

\*Assistente Social, feminista, doutoranda em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), membro do Núcleo de Estudos Sobre a Mulher Simone de Beauvoir da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ). Endereço postal: FSS-UERJ, Pós-Graduação. Endereço Eletrônico: ilidianadiniz@gmail.com

pela história, ressaltando sua polêmica desde a antiga Grécia, perpassando pela não diferenciação que permaneceu durante muito tempo entre o aborto o infanticídio e a contracepção que irá perdurar até o século XVIII. Tal contextualização permite ao(à) leitor(a) compreender a constituição do debate, bem como os contornos advindos do desenvolvimento científico para desvendar a composição biológica e anatômica de homens e mulheres que culminará no controle do corpo e da sexualidade feminina. Acrescenta, ainda, as lutas feministas que, a partir de maio de 1968, incorporaram o direito ao aborto como uma das suas bandeiras; e o movimento feminista francês, de 1970, o qual reacendeu os debates sobre a legalização do aborto, tendo à frente a escritora feminista Simone de Beauvoir. Por fim, o autor apresenta os países nos quais o aborto é descriminalização e os que criminalizam tal prática.

No segundo capítulo, aborda o processo de descriminalização do aborto e a implementação do aborto legal nos serviços públicos de saúde em Portugal. Aponta, ainda, assuntos relevantes como: os temas emergentes da saúde em Portugal, o Serviço Nacional de Saúde de Portugal e as questões da atualidade, o plebiscito sobre o aborto, a construção da lei 16/2007 de 17 de abril de 2007 que faculta à mulher a possibilidade da interrupção voluntária da gravidez e os serviços de saúde em Portugal, entre 2007 e 2010. O livro possibilita uma comparação entre essas duas realidades, principalmente no que concerne às reformas que apontam para a redução de direitos.

No apêndice, o autor faz um convite ao aprofundamento do tema pelas artes plásticas que retratam o aborto, pela dramaturgia com indicações de filmes, além de fontes especializadas como *sites* que oferecerão subsídios aos(às) interessados(as) em aprofundar o debate sobre o tema.

No primeiro capítulo, *A questão do aborto no Brasil: contextualização histórica e os desafios para a sua descriminalização*, o autor situa a formação social do Brasil e aponta o aborto como algo que precede a colonização portuguesa, enfatizando a dualidade entre os valores da igreja que reprimia moralmente a mulher que recorresse a tal prática e os interesses de povoamento pela coroa portuguesa, destacada pela historiadora Mary Del Priore. Outro aspecto que merece destaque é a primeira legislação específica sobre o tema, de 1830, ano do Código Criminal do Império, na qual a punição recaía em quem praticava o aborto e não na mulher. Essa condição passa a ser revista a partir de 1890, estabelecendo atenuantes nas gravidezes decorrentes de estupro, justificadas porque, nesses casos, o recurso ao aborto visava “ocultar a desonra própria”. Outro argumento utilizado pelo autor é em relação à vitimização das mulheres que praticaram o aborto no discurso médico e jurídico, invisibilizando a autonomia dessas sobre seu próprio corpo.

Na verdade, os aspectos relacionados ao aborto punido por lei pelo Código Penal brasileiro permaneceram praticamente inalterados até o final dos anos 1980. Ou seja, legalmente considerada como um crime, salvo apenas nos dois casos previstos em lei. Contudo, pouco efetivada e sem serviços para a realização do aborto legal.

Ainda nesse capítulo, o autor discute as legislaturas do Congresso Nacional brasileiro nos anos 2000, destacando os avanços e retrocessos da política sobre

## R E S E N H A

aborto e apresentando os principais interlocutores: Estado, Igreja e Movimento Feminista. Matos sinaliza para o recrudescimento em relação ao aborto, potencializado por alguns representantes do Legislativo Federal, que propõem a criminalização, inclusive para os casos previstos em lei. Tais retrocessos são a síntese da pauta conservadora alicerçada no fundamentalismo religioso, na negação da laicidade do Estado e principalmente no descaso para com a vida das mulheres, em especial as negras e pobres, que são forçadas a recorrer a métodos precários e inseguros, diferentemente das mulheres com mais recursos financeiros, que têm opções de realizar aborto com maior segurança em clínicas particulares em países onde o aborto é legalizado.

A obra discute, ainda, sobre a correlação de força presente nas últimas tentativas de votação de projetos de lei, a estagnação por parte do legislativo em relação à descriminalização do aborto e as poucas conquistas advindas do Poder Executivo, em especial a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, em 2003, que por intermédio da I Conferência Nacional de Política para as Mulheres deliberou acerca da revisão da legislação concernente ao aborto.

O livro destaca a postura conservadora da Igreja na última década, intensificada pela vinda do Papa Bento XVI ao Brasil e pela campanha da CNBB, que repercutiram diretamente nos rumos das discussões sobre o aborto, inclusive em casos garantidos por lei, a exemplo de gestação com anencefalia, que demandou intervenções do Supremo Tribunal Federal, já que alguns juízes estavam emitindo liminares negando o direito às mulheres que optavam por interromper a gravidez. Acrescente a esses retrocessos a perseguição aos defensores da descriminalização e às mulheres que se submeteram ao aborto, bem como as contradições do Governo no que se refere à problemática do aborto, à luz das políticas de atenção integral à saúde da mulher, que pautam a discussão na atualidade.

O autor sintetiza sua análise com uma reflexão acerca das três questões que dominam o debate sobre o aborto na atualidade: o debate científico *versus* religioso –sobre quando verdadeiramente se inicia a vida humana –, o papel do Estado no trato do aborto e, por fim, se a mulher é livre para realizar um aborto.

Na segunda parte do livro, o autor pondera acerca do debate que perpassa a reestruturação do Serviço Nacional de Saúde em Portugal, a princípio contextualizando a política de saúde – como resposta do Estado e do capital à demanda da classe trabalhadora –, a universalização do acesso a esse direito e os argumentos utilizados para a deflagração da suposta crise dessa política na reforma do Sistema de Saúde português, na década de 1990, a partir da qual a responsabilização pela saúde passou a ser conjunta: dos cidadãos, da sociedade e do Estado. O livro destaca o debate sobre o aborto em Portugal até a consolidação do plebiscito em 2007, as instâncias que potencializaram a construção das discussões no país, os debates advindos do poder legislativo, o primeiro plebiscito em 1998, no qual o resultado foi contrário à legalização do aborto e a aprovação, dez anos depois, da interrupção voluntária da gravidez. Cabe destacar aqui os protagonistas que defendiam o “sim” no referido plebiscito: partidos e organizações do campo da esquerda, movimento de mulheres e de homossexuais.

## R E S E N H A

O autor analisa ainda o processo pós efetivação da descriminalização do aborto em Portugal, sinalizando que as polarizações não se encerraram com a garantia legal do aborto. Em 2009, o tema volta ao debate por intermédio de uma petição propondo a revogação da lei, sendo negada pela maioria dos parlamentares. Vale ressaltar que as manifestações contrárias à lei vem acontecendo desde 2007 por setores vinculados à Igreja Católica. Outro aspecto destacado pelo autor é em relação aos dados apresentados pelo Diretor Geral de Saúde, que sinalizam para a diminuição do número de atendimento às mulheres em decorrência de complicações pós abortamento clandestino.

O autor ressalta que a intenção de buscar confrontar essas duas realidades foi motivada pelo processo de descriminalização do aborto que Portugal estava vivenciando, bem como pelos reflexos da regressão de direitos nos serviços de saúde para a materialização do atendimento às mulheres que optassem pelo aborto. Justifica não ter a intenção de propor a transposição da compreensão do debate de um país para o outro, até porque, na própria análise do processo, as especificidades de cada realidade estão bastante elucidadas, assim como os aspectos que se confluem, dentre eles a não responsabilização do Estado para com as políticas sociais, bem como a violação dos direitos por intermédio da hegemonia do pensamento neoliberal.

Como salienta Rosado-Nunes, o livro mostra um autor apaixonado pela profissão de assistente social e sensível à condição de negação de direitos às mulheres que provocaram um aborto, de modo que o cotidiano profissional aparece como aporte fundamental para o enriquecimento epistemológico da investigação científica presente na análise das determinações que perpassam a elaboração da obra.

Outro aspecto a ser ressaltado que permeia a análise desenvolvida na obra é em relação à posição conservadora das religiões, que tem recrudescido o debate. Na bancada religiosa do Congresso Nacional brasileiro, defensores dos interesses da hierarquia católica, de segmentos evangélicos e da comunidade espírita impedem qualquer reforma legal e jurídica sobre o aborto, demonstrando, portanto, a influência da moral cristã nos rumos políticos e sociais do país.

A perspectiva defendida na obra – a prática do aborto como fator de saúde pública e uma das expressões da questão social – é justificada pelos dados da pesquisa realizada pela Anis/UnB, em 2010, a qual demonstra que mais de 5 milhões e 300 mil mulheres brasileiras em algum momento da vida fizeram um aborto. Mesmo diante da magnitude de tal problemática, ainda se constata a incipiente efetivação das Normas Técnicas do Ministério da Saúde sobre o aborto, com práticas perpassadas por discriminação e preconceito pelos profissionais de saúde que negam muitas vezes um atendimento humanizado para mulheres que buscam os serviços de saúde para tratar das complicações causadas por aborto inseguro. Diante disso, faz-se necessário a defesa da centralidade do tema do aborto no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

Como aponta o livro, a reivindicação pela legalização do aborto é um desafio que o movimento feminista tem pautado desde a década de 1960, portanto, o reconhecimento desse direito se inscreve numa perspectiva de garantia da pluralidade, da liberdade de expressão e da autonomia das mulheres como mecanismo para a

emancipação humana e a construção de uma nova ordem societária, livre de toda forma de exploração e opressão.

A dimensão crítica aliada à postura comprometida com valores como liberdade, autonomia, respeito à diferença caracterizam as análises que perpassam a elaboração da obra. Fica evidenciado que o autor, como assistente social da saúde que se depara com a questão do aborto na sua prática cotidiana, reconhece a importância de esse profissional estar comprometido com uma perspectiva ética emancipatória, alicerçada no reconhecimento e na busca da efetivação dos direitos humanos e da autonomia das mulheres, tendo em vista que, no Brasil, diariamente, milhares de mulheres são perseguidas, humilhadas e condenadas por recorrerem à prática do aborto inseguro. Neste sentido, é fundamental a ação política do movimento feminista, bem como a interlocução com os(as) assistentes sociais comprometidos(as) com o projeto ético-político profissional, nos processos de reivindicação junto ao Estado pela legalização do aborto e pela implementação de políticas capazes de promover mudanças para a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Acredito que, a partir da identificação do autor com o debate mais amplo que perpassa as políticas públicas de atenção integral à saúde mulher, o termo “legalização” seria mais apropriado para a abordagem da obra, visto que descriminalizar se restringe à dimensão da não punição do Estado, enquanto que legalizar sugere regular a prática do aborto por intermédio de leis que potencializem políticas públicas que garantam o acesso aos procedimentos em unidades da rede pública de saúde dotadas de profissionais capacitados.

Com uma linguagem clara e objetiva, o livro *A Criminalização do Aborto em Questão* constitui-se numa referência singular para os(as) pesquisadores(as) na área das relações sociais de gênero, feminismo, saúde e Serviço Social, bem como para os demais interessados em aprofundar as apreensões acerca da problemática do aborto na contemporaneidade.

A obra em destaque contribui, mediante a socialização de pesquisas científicas recentes sobre o aborto no Brasil, com dados quantitativos e qualitativos que apontam para a necessidade de legalizar tal prática e de rever a lei punitiva de 1940, a fim de garantir às mulheres o acesso ao aborto seguro.

O empenho do autor em debater essa problemática é, além dos aspectos já mencionados, um ato de coragem, já que vivenciamos, no atual contexto, uma penalização por parte da Justiça para com pesquisadores. Fundamentados no artigo 28 do Estatuto do Nascituro, de 2010, tentam cercear a liberdade de expressão e com isso negar o papel da Universidade como espaço plural de debates de ideias, de produção de conhecimento com vistas a potencializar a capacidade crítica dos sujeitos. Acrescente a isso a postura retrógrada da igreja na defesa da criminalização do aborto, que persegue e rechaça os que ousam ir contra essas posições dogmáticas, caracterizando-os como hereges contrários à vida.

Enfim, a obra em destaque não tem a pretensão de influenciar posições, mas contribuir com o debate, oferecendo subsídios para uma análise pautada em valores ético-políticos, que garantam a igualdade de gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual e, fundamentalmente, que seja assegurado às mulheres o direito de decidirem



sobre sua sexualidade e reprodução livre de qualquer tipo de discriminação, coerção ou violência.

### Referências

- FREITAS, Ângela. *Aborto: guia para profissionais de comunicação*. Coordenação: Paula Viana. Recife: Grupo Curumim, 2011.
- MATOS, Maurílio Castro de. *A Criminalização do Aborto em Questão*. Rio de Janeiro: Almedina, 2010.

Recebida em 19 de maio de 2011-08-25  
Aprovada para publicação em 10 de junho de 2011

**Maurílio Castro de Matos** é Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.